

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.403 - MG (2019/0289423-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : HUGO DONIZETE MOREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : GUSTAVO HENRIQUE ARAUJO - MG188653  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **HUGO DONIZETE MOREIRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta Corte, a defesa alega manifesto constrangimento ilegal, sob o argumento de que nada de ilícito foi encontrado com o recorrente.

Assevera que "nem o celular de Hugo foi levado para perícia, sendo que a prisão ordenada pelo ilustre juiz de piso fora justificada por supostos conteúdos de conversas no aplicativo WhatsApp." (e-STJ, fl. 107)

Aduz que "A presunção feita, mediante todos os esforços da polícia e membros da acusação, foi de um exercício de culpabilidade prévia do Recorrente, não houve a presumida inocência constitucional." (e-STJ, fl. 108)

Aponta que um dos corréus beneficiado com a liberdade provisória possui situação semelhante à do recorrente.

Argumenta que "trouxeram ao processo um trecho do relatório de investigação tendencioso, que trata de suposta entrega de entorpecentes, que jamais restou comprovada, muito menos a 'grande' quantidade de droga adquirida." (e-STJ, fl. 112)

Sustenta que "ausentes os requisitos para decretação da prisão preventiva, pois não há nos autos condições mínimas para o prosseguimento de sua prisão cautelar, pois não há prova da existência do crime nem indício suficiente de sua autoria." (e-STJ, fl. 115)

Ressalta que "não há provas de que o Recorrente tenha intensão de afastar-se de sua responsabilização penal, por meio de tentativa de eliminar provas ou ameaçar testemunhas, não podendo se alegar a garantia de ordem pública", bem como "no que tange a garantia da aplicação da lei penal, não há respaldo probatório nos autos de que o acusado tenha intenção de fugir visando tornar incerta a aplicação das leis penais." (e-STJ, fl. 116)

Por fim, alega que "tendo em vista que a ameaça à garantia da ordem pública não restou demonstrada na decisão de conversão da prisão em preventiva, sendo totalmente cabível neste caso a aplicação das medidas cautelares, cumuladas ou não, previstas no art. 319 do CPP." (e-STJ, fl. 121)

Pleiteia a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 135).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 981-1.345 e 1.346-1.731).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela manutenção da decisão impugnada.

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não comporta provimento.

A prisão preventiva do recorrente foi decretada sob os seguintes fundamentos:

"[...]

Iniciou-se o referido inquérito em cumprimento de mandado de busca e apreensão em que houve a prisão em flagrante de algumas pessoas com grande quantidade e variedade de substâncias entorpecentes, tais como 'maconha', 'cocaína', 'haxixe' além de drogas sintéticas, como 'MDMA', 'LSD' e 'ecstasy'.

Informa que na referida diligência alguns telefones celulares foram apreendidos e em análise no aparelho de um dos suspeitos presos identificou-se uma rede de traficantes, com comercialização de grande volume de drogas na cidade e Comarca de Poços de Caldas/MG e região.

[...] no dia 20 de maio do corrente ano, a equipe da Agência de Inteligência da Polícia Civil de Poços de Caldas - AIP - 18100, deu início à denominada 'Operação Kaballah', visando ao combate do tráfico de drogas sintéticas em ambientes universitários e festas eletrônicas, com quatro indivíduos presos em flagrante delito, conforme demonstrado alhures.

Narra que no dia 31 de maio do corrente, na segunda fase da operação fora dado cumprimento de 12 (doze) mandados de prisão preventiva e 14 (quatorze) mandados de busca e apreensão, sendo apreendidos aproximadamente R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), 993 (novecentos e noventa e três) micropontos da droga alucinógena LSD (Dietilamida do Ácido Lisérgico).

[...]

Conforme consta no relatório de investigação FELIPE HENRIQUE DE SOUZA SANTOS anotava em seu celular a quantidade de drogas fornecidas para cada indivíduo, sendo possível constatar que nesta relação ele identifica dois indivíduos, 'UGU' e 'PETRUKIO', e a quantidade que fornece para cada um deles.

Menciona que após pesquisas realizadas no próprio celular do investigado FELIPE HENRIQUE DE SOUZA SANTOS em conjunto com os sistemas de informações policiais, qualificamos os mesmos respectivamente como sendo HUGO DONIZETE MOREIRA e RAPHAEL MARTINS.

[...]

A Autoridade Policial também representou pela decretação da prisão preventiva do investigado HUGO DONIZETE MOREIRA que foi identificado após conversas analisadas no celular do investigado CLÓVIS HENRIQUE DA SILVA MORAES..

Aduz que em uma das conversas FELIPE HENRIQUE DE SOUZA SANTOS vulgo 'BAIANO' avisa a CLÓVIS HENRIQUE DA SILVA MORAES, por diversas vezes, que o indivíduo 'UGU' pegará uma quantidade de drogas com ele e que ele estava autorizado a entregar. HUGO DONIZETE MOREIRA utiliza o número de telefone (35) 98456-0249, operadora CLARO.

Narra ainda que localizaram conversas entre CLÓVIS HENRIQUE DA SILVA MORAES e HUGO DONIZETE MOREIRA, dando conta da entrega dos entorpecentes e a grande quantidade adquirida por ele.

Destaca que em pesquisas realizadas nos sistemas de informações policiais constataram que HUGO DONIZETE MOREIRA figura como autor do crime de tráfico de drogas em dois REs, sendo eles: Res 2018-015900450-001 e 2018-013315246-001. Relata que também há registro de prisão no período compreendido entre 10/04/2018 a 01/09/2018.

[...]

#### 1. DA PRISÃO PREVENTIVA

[...]

[...] entendo necessária a decretação das prisões preventivas, pois presentes os pressupostos e requisitos que autorizam a custódia cautelar dos investigados, nos moldes dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

[...]

Segundo a Autoridade Policial, as prisões dos suspeitos é imprescindível para a garantia da ordem pública, em razão da reiteração do tráfico de drogas praticado na cidade de Poços de Caldas/MG e região, atuando com a certeza da impunidade, por tratar-se, em sua maioria, de estudantes universitários, sem passagem policial, moradores em residências em bairros de classe média, também, verifico que as práticas delitivas supostamente empreendidas pelos representados encontra-se bem explicitada nos elementos carreados aos autos.

Com relação à prisão preventiva, acolhendo o parecer Ministerial cujos fundamentos adoto como causa de decidir, ante as razões fáticas e jurídicas, entendo por preenchidos os requisitos necessários, pois, aliada a gravidade dos supostos crimes, existem provas da materialidade e indícios de autoria, conforme documentação apresentada pela Autoridade Policial.

Ante o exposto, [...], DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA dos investigados [...] HUGO DONIZETE MOREIRA [...]" (e-STJ, fls. 361-395)

Extrai-se, ainda, do acórdão impugnado:

**"Como informado pela autoridade impetrada, as investigações ("Operação kaballah") visavam apurar a prática de crimes previstos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, sendo que, em cumprimento de mandado de busca e apreensão, foi procedida a prisão em flagrante de algumas pessoas, incluindo o paciente, com grande quantidade e variedade de substâncias entorpecentes, tais como "maconha", "cocaína", "haxixe", além de drogas sintéticas, como "MDMA", "LSD", "ecstasy". Nessa diligência, alguns telefones celulares foram apreendidos e, em análise no aparelho de um dos suspeitos presos, identificou-se uma rede de traficantes, com comercialização de grande volume de**

**drogas na cidade de Poços de Caldas e região.**

Pois bem. Quanto à alegação de ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, em que pesem os argumentos trazidos pela defesa, verifica-se que razão não lhe assiste.

Diante da análise dos presentes autos, percebe-se que a decisão do d. Magistrado de primeiro grau, que decretou a prisão preventiva do paciente, analisou devidamente a necessidade da sua segregação cautelar, tendo demonstrado de maneira concreta e satisfatória a existência dos motivos que ensejaram a imposição da medida constritiva.

Ademais, transcrevem-se trechos do relatório de investigação:

“(…) A Autoridade Policial também representou pela decretação da prisão preventiva do investigado Hugo Donizete Moreira que foi identificado após conversas analisadas no celular do investigado Clóvis Henrique da Silva Moraes. Aduz que em uma das conversas Felipe Henrique de Souza Santos vulgo “Baiano” avisa a Clóvis Henrique da Silva Moraes por diversas vezes que o indivíduo “UGU” pegará uma quantidade de drogas com ele e que ele estava autorizado a entregar. Hugo Donizete Moreira utiliza o número de telefone (35) 98456-0249, operadora Claro. Narra que ainda localizaram conversas entre Clóvis Henrique da Silva Moraes e Hugo Donizete Moreira, dando conta da entrega dos entorpecentes e a grande quantidade de droga adquirida por ele.

Destaca que em pesquisas realizadas nos sistemas de informações policiais constataram que Hugo Donizete Moreira figura como autor do crime de tráfico de drogas em dois Reds (...).

Relata que também há registro de prisão no período compreendido entre 10/04/2018 a 01/09/2018 (...).” (Destacou-se)

Neste sentido, traz-se à colação os seguintes julgados deste Eg. Tribunal de Justiça:

[...]

Noutro giro, não encontra guarida o pleito de ser a medida constritiva mais gravosa do que a pena a ser imposta em caso de eventual condenação, vez que tal análise dependerá do estudo das diretrizes traçadas pelo art. 59, do Código Penal, e do artigo 42, da Lei de Drogas, da fortuita incidência de agravantes, atenuantes, causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena, assim como do quantum das sanções efetivamente concretizadas quando da prolação do decism.

Ademais, preenchidos os requisitos da segregação cautelar, não há que se falar em liberdade provisória, razão pela qual torna-se prescindível discorrer-se quanto à inconstitucionalidade do artigo 44, da Lei 11.343/06.

De resto, o fato de o paciente ser primário não tem, a princípio, o condão de garantir eventual direito de responder ao processo em liberdade, devendo as condições pessoais ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos.

De mais a mais, medida que se impõe é a manutenção da custódia cautelar do paciente, eis que presentes os seus requisitos autorizadores, constantes do art. 312, do CPP.

Ressalte-se estar preenchida a condição de admissibilidade da prisão preventiva, prevista no inciso I, do art. 313, do CPP, uma vez que dolosa a conduta em tese praticada, punida com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

Destarte, assevera-se não vingar a tese defensiva, referente à possibilidade de extensão de efeitos no julgamento do habeas corpus nº 1.0000.19.063024-4/000, porquanto não restou delineado nos autos que os agentes se encontram em igualdade fático-processual, o que impede a concessão da ordem.

Em sendo assim, afasta-se qualquer menção à eventual possibilidade de aplicação dos termos do art. 580, do CPP.

Traz-se à baila o seguinte julgado deste Sodalício:

[...]

**DA CONCLUSÃO:**

Face ao exposto, inexistindo constrangimento ilegal a ser sanado no caso em comento e presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva, DENEGO A ORDEM.

É como voto." (e-STJ, fls. 92-96)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, o decreto preventivo está suficientemente motivado na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois durante as investigações ("Operação kaballah") que visavam apurar a prática de crimes previstos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, o recorrente foi identificado como integrante de uma rede de traficantes, com comercialização de grande volume de drogas na cidade de Poços de Caldas e região, "sendo que, em cumprimento de mandado de busca e apreensão, foi procedida a prisão em flagrante de algumas pessoas, incluindo o paciente, com grande quantidade e variedade de substâncias entorpecentes, tais como 'maconha', 'cocaína', 'haxixe', além de drogas sintéticas, como 'MDMA', 'LSD', 'ecstasy'." (e-STJ, fl. 92)

Conforme ressaltado pelo Ministério Público Federal, verifica-se que, no caso, houve apreensão de 993 micropontos de LSD, 1100 comprimidos de ecstasy, 26 porções de cocaína, 10 porções e dois sacos com grande quantidade de metanfetamina, 18 tabletes de maconha e 3 tabletes de haxixe (e-STJ fl. 28)

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida

cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

*Habeas corpus* não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Pelos mesmos motivos acima delineados, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do recorrente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator